

Lugar de resistência e construção do futuro: apontamentos a um ensaio reflexivo

Cilene Gomes¹

Resumo: O artigo reúne ideias, questionamentos e reflexões sobre as forças de resistência que nascem e se desenvolvem em diferentes lugares de vida como reação aos processos históricos de dominação sociocultural, política e econômica, na forma de insurgências as mais diversas ocorridas nas últimas décadas. Inicialmente, procura-se estabelecer a compreensão do que é o lugar como força de resistência. Na sequência, pondera-se sobre o objeto nuclear dos movimentos e forças de resistência e tenta-se identificar níveis e formas de resistência que o lugar tende a oferecer, considerando a escala do Estado e da nação, e conduzindo à reflexão sobre as relações entre a resistência do lugar e a construção do futuro. Em sua perspectiva teórico-metodológica de caráter exploratório, o recurso a bibliografias selecionadas efetivou-se com incursões no campo interdisciplinar das ciências do espaço humano. Por fim, as reflexões em curso a respeito de temáticas afins ou complementares à abordagem sobre a força de resistência dos lugares foram sintetizadas relacionando problemáticas gerais ligadas às questões da participação social e da cidadania, tais como hoje são estudadas e discutidas na perspectiva da democracia como modo de vida e da reconstrução do conhecimento sobre as cidades ou outro lugar qualquer do território do país.

Palavras-chave: Lugar. Resistência. Participação social. Cidadania. Cidade. Território.

Place of resistance and construction of the future: Ideas, questions and reflections in progress

¹ Docente-pesquisador do Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Urbano (PLUR) da Universidade do Vale do Paraíba e é coordenadora do Observatório da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, sediado no Núcleo de Estudos Urbano-Metropolitanos e Urbano-Regionais (NEUMUR). E-mail: cilenegomes2011@gmail.com

Abstract: This paper presents ideas, questions and reflections on the resistance forces which arise and develop in different times of life in reaction to the historical processes of socio-cultural, political and economic domination, in the most diverse forms of insurgencies that have occurred in recent decades. Initially, it seeks to establish the understanding of what place is as a force of resistance. Subsequently, the nuclear object of the movements and forces of resistance are weighed and the levels and forms of resistance that this place tends to offer are identified, considering the scale of the State and of the nation, and leading to a reflection on the relations between the place resistance and the future construction. In its theoretical-methodological perspective of exploratory character, the use of selected bibliographies was effective with incursions in the interdisciplinary field of the sciences of human space. Finally, the ongoing reflections on themes related to or complementary to the approach on the resistance strength of the places were synthesized relating general problems regarding the issues of social participation and citizenship, as they are studied and discussed nowadays in the perspective of democracy as way of life and the reconstruction of the knowledge about the cities or any other place of the territory of the country.

Keywords: Place. Persistence. Social participation. Citizenship. City. Territory.

Lugar de resistencia y construcción del futuro: Ideas, cuestionamientos y reflexiones en curso

Resumen: El artículo reúne ideas, cuestionamientos y reflexiones acerca de las fuerzas de resistencia que nacen y se desarrollan en diferentes lugares de vida como reacción a los procesos históricos de dominación sociocultural, política y económica, en la forma de las más diversas insurgencias que han pasado en las últimas décadas. Inicialmente, buscamos establecer la comprensión de lo que es el lugar como fuerza de resistencia. En consecuencia, se reflexiona sobre el objeto nuclear de los movimientos y fuerzas de resistencia y se intenta identificar los niveles y formas de resistencia que el lugar nos va a ofrecer, considerando la escala del Estado y de la nación, y conduciéndonos a la reflexión acerca de las relaciones entre la resistencia del lugar y la construcción del futuro. En su perspectiva teórico-metodológica de carácter exploratorio, la búsqueda en bibliografías seleccionadas se efectúa con incursiones en el campo interdisciplinario de las ciencias del espacio humano. Por último, las reflexiones en curso acerca de las temáticas afines o complementarias al enfoque acerca de la fuerza de resistencia de los lugares se sintetizó relacionándose problemáticas generales relacionadas a las cuestiones de la participación social y de la ciudadanía, tales como hoy se estudia y discute en la perspectiva de la democracia como el modo de vida y la reconstrucción del conocimiento acerca de las ciudades o cualquier otro lugar del territorio del país.

Palabras clave: Lugar. Resistencia. Participación social. Ciudadanía. Ciudad. Territorio.

Introdução

O mundo em transformação deixa transparecer sua atmosfera de insurgências diversas. As manifestações de 2013 no Brasil são evidência da natureza diferenciada dos movimentos sociais na história (GOHN, 2014). A polarização do cenário político brasileiro em 2018 é outro fenômeno revelador dessa condição social atual. Em todo o mundo, grandes mobilizações constituem o noticiário do dia.

Hoje, o entendimento do mundo não é algo trivial. Sua busca pode ser a razão de muitas vidas e muito estudo e, por isso, leva a ponderar se vivemos em uma crise de civilização, fundada na inversão de valores humanistas e insustentabilidades morais. Por hipótese, há um clamor por mudanças profundas, e as desorganizações e retrocessos da humanidade podem conduzir a um novo estágio de consciência e organização.

Há tempos Hillman (1993, p. 8) falava de uma crise crônica alastrando-se em todos os âmbitos da vida social, chamando à observação de um mundo em convulsão, que pede a atenção dos homens para o “retorno da alma” ao mundo destituído da alma dos sujeitos e suas relações.

É difícil dar respostas imediatas a questões tão complexas, todavia, desde os anos 2000 esse clima social insurgente tende a emergir com as especificidades de um mundo globalizado, que aproxima os povos e suas culturas, obrigando-os a reconhecer suas diferenças e, junto, as distâncias que os separam social, política e economicamente. Seus impulsos já se propagavam como força de resistência emergente em distintos lugares, sobretudo em territórios urbanos (ou não) da periferia social, em nome de causas diversas, ou aparentemente inexistentes.

Na contradição do mundo global, o lugar tornara-se a base de resistência às dinâmicas da globalização perversa, ao pensamento único a ela subjacente (SANTOS, 1996; 2000a). Desde então, em variados contextos da vida humana, os desafios à construção coletiva do sentido do lugar social e da ação tornaram-se, de fato, o cerne dos debates e iniciativas de mobilização, associações

e manifestações públicas. O fenômeno hoje não é só regional ou local, é nacional e global, e a problemática não se dissocia das discussões em torno da pluralidade humana e da ação política (ARENDDT, 1995); do reconhecimento da alteridade do Outro e da experiência de comunidade (BUBER, 1987); da participação social, da cidadania, da educação para a democracia como modo de vida (Pogrebinschi, 2004).

Tais questões são cruciais para o constructo de novas perspectivas à ação política, às políticas públicas de caráter socio territorial e ao planejamento urbano e regional.

Por hipótese, o grande problema de fundo reside no árduo processo de crescimento conjunto que conduz os indivíduos a se enxergarem como sujeitos portadores do potencial de mudança da história, por meio de suas ações cotidianas posicionadas politicamente – à raiz de valores que de fato orientem o engajamento na elaboração e prática do humanismo concreto, fundado na universalidade das relações sociais e do conhecimento e no sentido do que é de comum interesse e o melhor para todos.

Com o propósito de reunir e recuperar ideias, questionamentos e reflexões, o artigo não pretendeu enfeixar um volume de bibliografias para uma reflexão teórica densa. O escopo geral da discussão define-se por uma problematização teórica de caráter exploratório com a perspectiva de conceber o lugar como força de resistência, o que pode ser a base real para a reinvenção do cotidiano e a reconstrução da história. Sua metodologia funda-se na articulação de elaborações pretéritas e confrontação com aportes significativos oriundos das ciências sociais e do espaço humano, e o tratamento das ideias e dos conceitos consistiu em abordagem não localista, de caráter abrangente, fundada na interesclaridade das relações sociais horizontais e verticais.

A estrutura do texto se organiza para compor uma aproximação reflexiva em quatro considerações fundamentais: a primeira procura estabelecer a compreensão do lugar como força de resistência; na segunda, pondera-se brevemente sobre o objeto nuclear dos movimentos e forças de resistência; a terceira consideração tenta identificar os níveis e formas de resistência

do lugar, e na quarta, as relações entre a resistência do lugar e a construção do futuro serão ponderadas. A título conclusivo, as reflexões em curso serão sintetizadas em suas diretrizes gerais.

O Lugar como Resistência

Para avaliar a força de resistência do lugar de vida, será preciso definir o que é o lugar e reconhecer as condições a partir das quais essa força nasce, cresce e se consoma. Ou seja, refletir sobre o que subentende ver os lugares como resistência; a que resiste ou podem resistir os lugares; quais as formas de resistência pelas quais os lugares se realizam e articulam; e quais as finalidades dessa resistência.

Entende-se o lugar na perspectiva teórica de Milton Santos. Para o autor, o lugar é a instância espacial de mediação entre o mundo (globalidade) e os indivíduos (individualidade). Nos lugares, os vetores do mundo global se entrelaçam com os do espaço banal, e daí a ideia de o lugar ser o encontro das relações sociais horizontais e verticais, constituindo o quadro de uma referência pragmática ao mundo. No lugar, a política se territorializa no confronto entre organização e espontaneidade, ordem global e local, o que é distante e próximo. Ressaltando a dimensão do cotidiano e da co-presença, o mesmo autor enfatiza o papel da proximidade, nos lugares, para a construção das interações sociais e sociabilidades e da produção de valores e sentidos (SANTOS, 1996, p. 252-258).

Com esse alinhamento conceitual, o sentido primeiro que se pode associar à resistência do lugar é o de oposição ao movimento histórico de dominação econômica, política e cultural e da constituição de desigualdades socioespaciais acentuadas e críticas.

Mas não se sabe suficientemente em que medida essa força de reação à ação hegemônica que oprime consideráveis parcelas da sociedade, e mesmo os homens (individualmente considerados), estaria presente ou realmente ativa nas diversas regiões do país onde o lugar se diferencia geográfica e socialmente. Faltam estudos, ainda, que revelem a grandeza dessas forças que defendem uma

população do desgaste causado pelas adversidades da situação de pobreza ou abandono, negligência ou isolamento e alienação, tornando-se de fato uma recusa consciente às lógicas espoliadoras da expansão capitalista, em sua nova fase desenvolvimentista de cunho neoliberal (SENRA, 2011).

Talvez, a grande força de resistência do lugar em todo país seja o vigor da nação passiva (SANTOS, 2000a) – de fazer frente aos desacertos da vida difícil pelo ato da sobrevivência e solidariedade, uma das únicas forças de agregação que parece poder germinar quando os habitantes desfavorecidos de um lugar só dependem uns dos outros para subsistir, e dispendo de tão poucos recursos, contam apenas ou muito mais com sua própria criatividade, adaptabilidade e poder de auto regulação. Mas essa força também pode se manifestar como estranhamento e, por isso, negação ao modo aculturado de vida moderna, propagado e vendido de forma apelativa.

Ora, o que se professa e espera a respeito de um novo rumo para a história da nação, em todo lugar, traduz-se pela perspectiva das convergências (TEILHARD de C., 1986) e mesmo, de sua construção consciente, onde deve concorrer a qualificação contínua da capacidade de associação, mobilização e/ou organização, e o envolvimento conjunto em processos de conscientização social e alinhamento a interesses comuns, em dado momento, lugar e situação.

É em cada um dos grupos sociais e sujeitos que o lugar se corporifica e evolui socialmente. É por efeito de associação e união que a força do lugar se torna resistência ao propósito exclusivista dos preceitos e grande norma da competitividade destruidora e do máximo lucro na mão de poucos. Mas é na totalidade do movimento social que o lugar e os indivíduos que nele estão assumem o seu valor final.

O valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está [...]. Como o que acontece num lugar influi sobre todos os demais, como a totalidade dos lugares interage, o melhor, ainda uma vez, é agir

sobre o que age sobre a totalidade dos lugares, isto é, a própria sociedade considerada como um todo (SANTOS, 1987, p. 111).

Daí, se outra globalização tende a se constituir de “baixo para cima” (SANTOS, 2000a), de que modo essa tendência se harmonizaria com a necessidade de uma ação dirigida e ordenada – de “cima para baixo”, portanto, – sobre o conjunto da sociedade? A questão envolve, então, o movimento da sociedade em seu todo, um equilíbrio de forças que em certa medida obedece a um princípio de organização espontânea e, em outra medida, a um princípio de governo ou direção. Daqui poderíamos depreender não só os processos unificadores dos indivíduos nos lugares e destes no país e no mundo, assim como e, sobretudo, as contradições inerentes às relações entre Estado e Sociedade, ou entre Estado e os lugares, engendradas pela cooptação das funções estatais por grandes empresas e organizações (SANTOS, 1980; 2000a), em favor da voracidade e velocidade dos fluxos de capital incidindo seletivamente nos mais diferentes lugares, pois destes não podem prescindir para sua realização.

Não se trata de tecer elogios ao Estado, ao contrário. Trata-se de afirmar a sua necessidade, ainda, e de seu reposicionamento e autodeterminação diante da formação social nacional, que é a instância intermediária “entre o Mundo e a Região, o Lugar” (SANTOS, 1996, p. 270). O que implica no exercício da função de soberania pela regulação (SANTOS, 1980) das ações de uma racionalidade única, de ordem hegemônica, que tenta se impor, por meio de aparelhos ideológicos, para os favorecimentos do capitalismo especulativo, diante de um quadro crítico de disparidades socioterritoriais (visíveis em todo lugar) e do que seria socialmente necessário, em distintos prazos de tempo, para a reorganização política e um plano de superação da enorme dívida social acumulada secularmente no país.

A clivagem central dessa possível mudança parece residir na consciência comum de um sentido real para o desenvolvimento histórico e, assim, por uma ação consciente frente às realidades

sociais heterogêneas que necessitam ser transformadas ou retificadas em direção desejada. Trata-se mesmo da necessidade de um projeto de nação, fundado na realidade socio territorial concreta e nas especificidades regionais e locais, em processo permanente de construção social e no encargo do poder público, da ação instituída e regulada pelas distintas esferas de governo interagindo em concerto e com a sociedade.

A construção de uma nova história da nação relaciona-se, na contrapartida da indispensável renovação e reorganização política do Estado, em sua base, pois, à força de resistência da sociedade, nos seus diversos níveis ou planos de ocorrência. Entre outras que poderiam ser retratadas em toda região e lugar, considera-se: a força de resistência das populações mais desfavorecidas; a resistência que as classes médias podem oferecer; a resistência das esferas da ação política e governo; e a resistência dos intelectuais que, segundo Santos (2002), deve contribuir com a produção do conhecimento da realidade e de uma consciência social cada vez mais ampliada e apurada, promovendo o debate social sobre os problemas centrais de nosso tempo e lugar. E aqui, vale ressaltar a função social da teoria, de ordenação do mundo social (OLIVEIRA, 2019), e sua indissociabilidade “à *práxis*, ao plano da existência social de homens políticos” (SILVA NETO, 2003, p. 3).

Objeto dos movimentos e forças de resistência

Junto às forças que oprimem ou subjugam parcelas da sociedade de nosso tempo em todo lugar, as forças de resistência compõem o movimento dialético da história engendrando mudanças ou, ao menos, incômodos, impasses e possibilidades de reconstrução do futuro.

Vivendo a situação histórica de permanente dependência a ideologias e interesses políticos e econômicos externos, o Brasil não se desvencilhou inteiramente de seu passado de formação social “colonizada”, de modo que ainda hoje se discute, e com grande força, na perspectiva das epistemologias do sul (SANTOS e MENESES, 2010), sua condição de nação colonizada, sobretudo

considerando a força do eurocentrismo, primeiro, mas também, após a segunda guerra mundial, “uma assimétrica relação centro-periferia” (GUIMARÃES, 2002), com inclinação do país ao mundo liberal americano. Se na correlação de forças geopolíticas atuais, a situação de desordem política e social torne o país emblemático, o faz pelo recrudescimento de seu caráter violador e sua inferioridade estrutural (SANTOS, 2000a), com a autodeterminação do Estado e de seu povo anulada ou estrangida, e a sua soberania, comprometida.

Daí o desafio ao Sul de que nos fala Santos (2000a, p. 151), em vista da criação de forças de resistência pela dissolução das ideologias associadas ao pensamento único, que torna o país ainda mais colonizado, porque aprisionado nas redes de captura dos imaginários sociais que afastam os lugares, os povos e suas culturas de sua experiência vivida, levando ao conformismo e à inação, a uma existência padronizada e à alienação (IDEM, p. 159-160).

A aculturação e subjugação perversas daí advindas contamina todo o tecido social e suas formas de organização, afetando toda sorte de relações sociais e, no que importa destacar, no âmbito cultural-ideológico e político-institucional (e das relações entre os mesmos), mas também, na instância espacial da vida cotidiana, com a homogeneização das paisagens e das formas privatizadas de urbanização e urbanidade. Se existem novas ordens sociais que reatualizam a perversidade dos referidos processos, cuja vigência pode ser notada no pós-segunda guerra mundial e do pós-1980 aos dias de hoje, com o ideal de modernização e o desenvolvimentismo, primeiro, e depois, com o neoliberalismo, os mesmos constituem parte da herança de nossa formação social desde o período colonial.

O que contribui para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento social e econômico frágeis, porquanto alienígenas às condicionantes históricas, culturais e antropológicas da formação social desde os tempos coloniais.

Se a identificação das políticas que, historicamente, teriam comprometido a soberania do Estado e do povo brasileiro, pode

e deve constituir novo esforço de investigação sistemática, Santos (2002, p. 77) chamava a atenção ao fato de que uma entrega do território estaria se dando, com áreas inteiras que permanecem nominalmente integrantes do mapa do país, mas que estariam sendo retiradas do controle soberano do Estado e da nação.

Se a discussão do desenvolvimentismo, com a abertura ao capital estrangeiro e multinacional, está aí histórica e socialmente implicada, desde os anos de 1940 e sobretudo após 1950, o que dizer então, no período pós-1980, das mais atuais investidas neoliberais de entrega continuada e quase irrestrita do país aos grandes agentes do capital financeiro e produtivo. Haja vista às pretensões do atual presidente do país transformando as terras públicas e protegidas da Amazônia ao capricho das privatizações.

O objeto nuclear dos movimentos e forças de resistência, na perspectiva aqui adotada, só pode ser apreendido dessa realidade histórica de um país dependente e vulnerável ideologicamente e, por isso, se define no contexto da descolonização (SANTOS e MENESES, 2010) em todas as instâncias constitutivas da sociedade e campos epistêmicos das ciências sociais e humanas, e nas mais variadas formas de movimentação social e ação política.

Níveis e formas de resistência do lugar

Considerando basicamente que a vida social tende a se revelar, em sua base heterogênea, por uma resposta mais ou menos consciente ou reação espontânea ao “desvirtuamento” estrutural da história do país, o lugar deve ser melhor contemplado segundo níveis distintos e formas diversas de relações sociais pelos quais a força de resistência tende a se realizar. A capacidade de organização ou ação coletiva orientada para a transformação das relações sociais e a construção de projetos em comum é o princípio ativo que subentende, primordialmente, a busca de voz ativa ou afirmação política da nação, do Estado e dos cidadãos e/ou indivíduos.

Em vista de uma aproximação inicial, de caráter exploratório, portanto, os níveis de resistência que se pode antever e poderão se

constituir como força conjunta voltada a propósitos de interesse comum seriam oriundos: das populações, lugares e regiões de países hegemônicos e de países hegemônios; e dos distintos agrupamentos sociais, envolvendo agentes de diferente condição socioeconômica, grau de informação e nível de politização no plano da organização social e do território de um país, região ou lugar hegemônico.

Em recorrência ao fenômeno do lugar como resistência, pode-se apontar, ainda, diferentes formas ou níveis de resistência que o Estado e a nação tendem a oferecer. A resistência que se oferece no contexto das relações entre Estados e nações dominantes é diferente da resistência de Estados e nações historicamente constituídas sob a norma da exploração/subjugação e desigualdade socioeconômica. A resistência que o lugar oferece difere segundo os variados agrupamentos de indivíduos, instituições ou organizações, posicionados em níveis distintos de relações sociais ou econômicas, de conscientização ou poder da ação política, de aspiração por um futuro comum, enfim.

Nesse sentido, a resistência pode significar um reclamo pelo ideal de unificação e de união global; uma armadura contra o desrespeito à diversidade sociocultural; uma condição de exercício da cidadania ou liberdade dos sujeitos coletivos e, por conseguinte, a contrapartida das dinâmicas sociais de populações desatendidas no território usado, este que é também condição e fator de mudança. A remodelação territorial e da paisagem podem se dar para a implantação de um parque industrial ou de muralhas, ou para resistir. Como diz Silva Neto (2003, p. 21), “a cidade pode ser, se quisermos, um espaço de resistência, uma territorialidade organizada, que não implica fechamento para o mundo, mas de filtro para aquilo que não nos interessa participar e que nos prejudica”.

Se uma qualidade comum a essas forças de resistência reside na socialização renovada dos indivíduos, mediante ampliação de movimentos de unificação crescente (TEILHARD de C. 1986), em dada esfera de organização e por uma solidarização a outros níveis de organização socioespacial, as forças de resistência ao *status*

quo, tendem a se potencializar, diferencialmente, favorecendo a emergência de um novo equilíbrio.

A resistência do lugar e a construção do futuro

A resistência que os lugares oferecem só se justificará se direcionada por um sentido de idealização do amanhã, fundada no que é socialmente necessário e construído. Se outra globalização é desejável e se é no lugar e por meio dele que a vida humana se organiza e se renova, não se conhece suficiente e sistematicamente quais fundamentos estão sendo plantados, nos lugares, para um projeto de sociedade e remodelação territorial consequentes. O mesmo se pode dizer quanto aos desígnios para o desenvolvimento urbano-regional concebidos e articulados na tarefa de elaboração dos planos para regiões metropolitanas, sob os preceitos do Estatuto da Metrópole.

Para Santos (2000a), a elaboração do futuro deve se dar a partir de um conjunto de possibilidades reais, concretas, todas factíveis, que sob certas condições, instituiriam as mudanças. É daí que formula sua proposição de remodelação da sociedade e do território pelo ideal de uma federação de lugares (SANTOS, 2000b). O que leva a indagar quais seriam as iniciativas sociais e políticas convergentes para a elaboração desse projeto social inspirado no desígnio de constituição de uma união política de lugares. O que supõe o desafio de como dar a todos os lugares e a cada um o seu valor diferencial agrupando-os na unidade de um todo organizado (Teilhard de C., 1986), de modo a romper com as desigualdades historicamente constituídas e promover a justiça socioespacial.

Se temos no país uma sociedade que teve as suas bases culturais e antropológicas aviltadas pelos atores hegemônicos do sistema de dominação implantado e atualizado, historicamente, em nome da mercantilização e financeirização da vida social, a organização da vida dos cidadãos de diferentes regiões e lugares depende do respeito às peculiaridades do que atualmente constitui a sociodiversidade. Para que uma formação social se realize e desenvolva, essas condições diferenciais da sociedade

e do território organizado, os contextos do saber de que nos fala Jovchelovitch (2007) deveriam ser a base prioritária para a ação política.

A resistência à opressão das forças de dominação é fundamental para a formação de cidadãos integrais e a assunção efetiva dos direitos de cidadania, para a reorganização territorial e da soberania (GUIMARÃES, 2002). É na busca do resgate de sua autodeterminação política que a sociedade, em seus contextos socioculturais e geográficos, deve encontrar o fundamento maior de sua resistência.

É por um novo modelo cívico que os interesses públicos e sociais e a consideração pelos cidadãos como integrantes do Estado-Nação deveriam ser repensados. Ora, como explica Santos (1987, p. 5), cultura e território são os componentes fundamentais desse modelo cívico, na medida em que se supõe “a definição prévia de uma civilização, isto é, a civilização que se quer, o modo de vida que se deseja para todos (...) com suas regras de convivência” e uma “instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa” com uma adequada gestão “pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada”.

A sua vez, o desenvolvimento social deve ser socialmente construído, e o será apenas quando a partir das necessidades reais e do trabalho a sociedade possa participar da reorganização do lugar para a vida social. A ação política de sujeitos coletivos deve estar comprometida com os lugares e com as relações contextuais que os englobam, e a afirmação dessa ação compromissada se impulsiona, justamente, pelo princípio da coletividade objetivado nos lugares e a partir deles.

Hoje, a dinâmica da sociedade da informação e do conhecimento, com todo seu potencial conscientizador e agregador e, ao mesmo tempo, de risco às novas formas de manipulação ideológica e política (OLIVEIRA, 2019), interpõe-se nos tempos e ritmos da vida cotidiana das pessoas, instituições e organizações, interferindo nas relações sociais, positiva ou negativamente, e assim, gerando forças sinérgicas de resistência no campo contraditório de lutas sociais pela construção de outra história.

Nesse embate contemporâneo, as divergências e disputas são travadas na instância cultural-ideológica da sociedade, com rebatimentos nos arranjos políticos e nas práticas sociais. A necessidade de sobrevivência de uns ou a busca de outros pela sobrevivência (TEILHARD de C.,1986) residem, ambos, nos impulsos sociais, conscientes ou espontâneos, de resistência e organização. E é por meio das ações sociais que se qualificam politicamente, pela escolha de suas causas e o engajamento em projetos, que o conhecimento e os saberes se transformam em vida e em transformação das relações sociais. A espontaneidade e a solidariedade social podem se tornar de fato valores catalisadores de toda espécie de transformações.

Naturalmente, sempre existirá, nos embates da história social e de sua projeção futura, a interposição de muitos problemas ou questões. Os tempos e modos da natureza e da história escapam à capacidade de se estabelecer direcionamentos planejados em seus detalhes, mas, ao mesmo tempo, obrigam a reavaliações e reorientações permanentes e progressivas da atividade de definição de políticas públicas e planejamentos socialmente construídos. Por isso, não se sabe em que medida teremos que esperar o desenrolar da história ou que se poderá supor a ruptura política progressiva da atual situação de ausência de compromisso do Estado com as demandas da sociedade em seu todo e, prioritariamente, dos mais desfavorecidos, em detrimento de ordens socioculturais retrógradas e exclusivistas.

Em princípio, tende-se a considerar a necessária mudança da natureza do próprio Estado, no sentido de romper com o desserviço à sociedade no seu todo e da reconstituição e afirmação da soberania nacional frente aos desafios que se apresentam ao exercício de sua função de agente regulador das relações internacionais e nacionais no contexto das mediações de interesses e conflitos. Talvez se possa refletir sobre os objetivos estratégicos dos grandes Estados periféricos, conforme apontado por Guimarães (2002, p. 135), no sentido da “redução de suas disparidades internas, a construção de sistemas democráticos, a luta pela multiculturalidade e, finalmente, a redução de sua vulnerabilidade externa”.

Nesse contexto, para melhor precisar o alcance dessa perspectivação, seria preciso reaver a temática da heterogeneidade social e dos territórios conflituosos como pontos cruciais para novas buscas de compreensão do lugar como resistência. Daí, mais embasados empiricamente, faria mais sentido reafirmar o quanto o conhecimento e a informação, aliados a um posicionamento consciente e crítico, e desencadeando níveis adequados de mobilização social, poderão se constituir como força de resistência ou atitude viva pelas urgências de mudança em vista da transformação social e uma remodelação mais justa e igualitária do território e dos lugares da vida social.

O aprendizado da cidadania (SANTOS, 1987) é sem dúvida condizente ao processo amplo de reeducação da sociedade para a prática política democrática integrada aos contextos da vida (POGREBINSCHI, 2004). À luz do potencial de ação política do ser humano, tal aprendizado e reeducação tendem não só a constituir poderosa frente de resistência, mas, talvez, e sobretudo, precioso amálgama para o advento de uma revolução cultural e da ascendência do movimento humanístico, em direção ao mais ser – ao mais *interser*, como inspira Oliveira (2019) – e, por isso, a uma união e concertação política cada vez maiores. Nesse sentido, toda ação social politicamente consciente pode se tornar libertária ao ser oriunda de um compromisso diante do outro, junto ao outro e para o outro (BUBER, 2010).

Mas, a dimensão dessa outra história também dependerá da legitimidade que os meios de comunicação (tão tendenciosos que sempre foram e são!) poderão atribuir aos processos de mobilização social, em nome da liberdade de pensamento e do uso da palavra. Nesse próprio meio de atividade social, as forças de resistência poderão emergir favorecendo as transformações desejadas da opinião pública e do senso comum.

Se a atual tendência mundial de unificação e articulações no âmbito da formação de blocos econômicos pode atuar como força de resistência e luta pela participação nas estruturas hegemônicas mundiais, é porque existem convergências de interesses e objetivos comuns em cada subconjunto do sistema econômico mundial.

De igual modo, a mesma tendência poderá se firmar de “baixo para cima” (porque já observada) a partir das relações sociais horizontais. As implicações, aqui, estariam na reorganização de agrupamentos sociais favoráveis à intensificação e reorientação da mobilização social e política, às sinergias centradas na produção do conhecimento e do debate social para a radicalização da democracia, a transformação das relações sociais, o planejamento socialmente construído enfim.

Nesse sentido, é a constituição e atividade dos ambientes de cooperação que lidam com a informação e o conhecimento, em suas instâncias de organização, produção e intercâmbio, que poderão se tornar a matéria e a energia de uma evolução contínua para a definição objetiva de proposições da mudança social, no resgate de raízes socioculturais autênticas – ou seja, dos saberes e valores que contribuem para a permanência da memória coletiva e da identidade cultural –, mas, também, na descoberta ou redescoberta de ascendências culturais na perspectiva humanista de reconstrução do universalismo, ou de outra globalização (SANTOS, 1996, 2000a). Pensar o lugar como resistência torna-se relevante para renovar as possibilidades de uma co-reflexão ampliada, coerente e fecunda, e assim, estabelecer as novas medidas de escolhas e valores estabelecidas em comum, que também importam à força de resistência dos lugares.

Considerações finais: reflexões em curso

A título de síntese, são as seguintes as reflexões em curso a respeito da força de resistência dos lugares. A primeira refere-se à problemática geral da formação social brasileira caracterizada, no plano mundial, pela história secular de um país periférico (Guimarães, 2002) que termina por consolidar a inexistência de um Estado soberano no plano externo e interno, e de verdadeiros cidadãos (SANTOS, 1987), sendo algumas das razões explicativas da situação política de instabilidade crítica a que se chegou hoje o país: a subjugação cultural-ideológica, a alienação política, o apelo às lógicas exclusivistas e à competitividade desmedida,

o entorpecimento pelo consumo e, ainda, a depreciação dos processos educacionais e de conscientização universalista. Com um Estado promotor da violência estrutural e da militarização da vida social, fomenta-se a construção social e política do Outro – das populações pobres, desfavorecidas, discriminadas e violadas – como inimigos.

Outra reflexão, também baseada na teoria social e do espaço de Milton Santos, resulta de se considerar o lugar de vida com um papel importante na definição integral dos habitantes. Nessa ótica, se a cidade e os lugares não forem dos cidadãos, estes não existem. Se a política da cidade não assegura a todos os habitantes os direitos territoriais e à cidade, não existem cidadãos. Se os habitantes do lugar de vida “não urbano” não forem contemplados na política territorial, aí igualmente não existirão cidadãos (SANTOS, 1987) e não existirá o direito aos lugares (OLIVEIRA, 2019).

Por fim, outro empenho reflexivo condiz ao período posterior a 1988, quando os preceitos da participação social são estabelecidos pela Constituição Federal, facultando, supostamente, a tendência à reversão de políticas anti-cidadania e/ou à construção dos alicerces da real condição de cidadãos, pelo exercício da participação e a conquista efetiva dos direitos de cidadania. O que poderá ajudar na recomposição das finalidades originais do urbanismo, aqui incluindo o planejamento urbano e regional, e na reflexão sobre a urbanidade contemporânea, centradas justamente na realização contínua e aperfeiçoada da cidadania.

Ora, é justamente nesse percurso de reflexões no âmbito dos estudos geográficos e urbanísticos que estas mesmas reflexões confluem a novos questionamentos e interlocuções possibilitados pelas inesperadas incursões de investigação no campo da psicologia social e áreas afins. A participação social e a própria cidadania tornaram-se temas de comum interesse, vistos por olhares diferentes, e muitas vezes confluentes.

Além disso, destaca-se a questão das relações sociais fundadas no “paradigma centro-periferia”, a nosso ver, impeditivas da real compreensão da natureza e das finalidades da vida em sociedade, da igualdade e das diferenças entre os homens e sobre

a difícil questão das hegemonias e hierarquias. Justamente por isso, a discussão acerca dos entendimentos a respeito das relações entre Estado, Sociedade e Território torna-se igualmente relevante (sobretudo hoje, e no contexto da formulação de políticas públicas de caráter social e territorial e do planejamento urbano e regional), assim como o discernimento crucial direcionado no sentido de se contrapor os processos educacionais para a democracia e a cidadania e as práticas do humanismo concreto (RIBEIRO, 2005) às formas as mais diversas e cruentas de violência do sistema social contemporâneo.

A partir desses apontamentos conclusivos, deve-se, todavia, e a seu tempo, ajustar o desenvolvimento do artigo ao foco da construção coletiva do lugar social, perceptível no âmbito do país e na escala regional ou urbana. Parte-se da premissa de que os homens se tornarão mais participativos e cidadãos, tornando-se cada vez mais autoconscientes da condição e do destino comum do ser humano na Terra, e por isso, mais solidários, na ação política e por ela, ao universo social e lugar em que habitam. A evolução aí implícita poderá ocorrer por meio de uma pedagogia da existência (SANTOS, 2000a, p. 116), ou da educação para a vida social, a ser inteiramente repensada para o mundo de hoje.

Agradecimento

Ao CNPq pelo auxílio recebido.

Referências

ARENDT, H. **A condição humana**. 7ª edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2010.

GOHN, M. G. Os movimentos e as lutas do período de 1964 a 2004 em São Paulo. **Anais: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004.

GOHN, M. G. A Sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, vol. 27, núm. 71, junho-agosto, 2014, pp. 431-441, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**. 4ª edição. Porto Alegre / Rio de Janeiro, Editora da UFRGS e Contraponto, 2002.

HILLMAN, J. **Cidade e Alma**. São Paulo, Studio Nobel, 1993.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis, Vozes, 2007;

OLIVEIRA, F. M. G. Do direito à cidade ao direito dos lugares. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, PUC-Campinas, 2019.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: Silva, Cátia Antônia da et al. **Formas em crise**: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 93-111.

POGREBINSCHI, T. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, **23**, p. 43-53, nov. 2004.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo, Nobel, 1987.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro-São Paulo, Record, 2000a.

SANTOS, M. Por uma nova federação. **Correio Braziliense**, Brasília, 2000b.

SANTOS, M. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo, Publifolha, 2002.

SANTOS, B. S. e MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Cortez, 2010.

SENRA, K. V. Cinquenta anos de políticas públicas federais de desenvolvimento regional no Brasil. In: FARIA, R. e SCHVARBERG, B. **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília, Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

SILVA NETO, M. L. Cidades inteiras de homens inteiros: o espaço urbano na obra de Milton Santos. Texto elaborado a partir de palestra proferida por ocasião do lançamento do Prêmio Milton Santos, na Câmara Municipal de São Paulo, em 25 de junho de 2003.

TEILHARD de C., P. **O fenômeno humano**. São Paulo, Cultrix, 2006 (8ª impressão da 1ª edição de 1988).